



**PATRIMÔNIO SEPARADO DA
SÉRIE 285ª – 1ª EMISSÃO – IF Nº 2110826412**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras Relativas ao Exercício Findo
em 31 de março de 2023.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Administradores e Investidores do
Patrimônio Separado da Série 285ª da 1ª emissão - Código – IF Nº 2110826412**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado da Série 285ª da 1ª emissão - Código – IF Nº **2110826412** (“Patrimônio Separado”) emitido pela Habitasec Securitizadora S.A. que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de março de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas para o exercício findo em 31 de março de 2023 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados regidos pela Lei 14.430/2022, e também consideram as disposições previstas na Resolução CVM nº 60/2021 para elaboração dessas demonstrações financeiras de propósito especial, conforme nota explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Patrimônio Separado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que descreve que a base contábil dessas demonstrações financeiras, elaboradas exclusivamente para atendimento da Lei 14.430/2022 e Resolução CVM nº 60/2021, que requer que as Securitizadoras considerem cada patrimônio separado, não consolidado, como uma entidade que reporta. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outra finalidade. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1- Lastro dos direitos creditórios (Nota explicativa nº 3 e 4)

O Patrimônio Separado em 31 de março de 2023 possui saldos relevantes de direitos creditórios, detidos pelo Patrimônio Separado e, pelo fato de não existir uma câmara de liquidação ou um mercado organizado de direitos creditórios no país, por meio do qual seja possível efetuar o controle da custódia de acordo com as negociações efetuadas, consideramos a verificação da existência dos lastros dos direitos creditórios como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- (i) Conciliação contábil da carteira;
- (ii) Recálculo do valor presente dos recebíveis com base nas taxas de juros e outras condições acordadas contratualmente;
- (iii) Validação da existência, em uma base amostral, dos documentos que comprovam os lastros desses direitos creditórios;
- (iv) Análise da aderência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras do Patrimônio Separado;
- (v) Confirmação de advogados.

Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis os saldos dos direitos creditórios no tocante à sua existência, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de março de 2023.

Responsabilidades da administração da Securitizadora pelas demonstrações financeiras

A administração da Securitizadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados, regidos pela Lei 14.430/2022 e que também consideram as disposições previstas na Resolução CVM nº 60/2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Patrimônio Separado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Patrimônio Separado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Patrimônio Separado a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstância extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de junho de 2023.

MOORE MSL LIMA LUCCHESI
Audidores e Contadores Ltda
CRC2SP019874/O-3



Sócio – Sergio Lucchesi Filho
Contador - CRC1SP101.025/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL
PATRIMÔNIO SEPARADO DA 1ª EMISSÃO
Série 285ª – IF 2110826412
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/03/2023	31/03/2022
CIRCULANTE		15.017	1.413
Caixa e equivalentes de caixa		1.334	1.180
Direitos creditórios		13.618	127
Operações sem aquisição substancial de risco	4	13.618	127
Outros créditos		65	106
NÃO CIRCULANTE		88.269	94.958
Direitos creditórios		88.269	94.958
Operações sem aquisição substancial de risco	4	88.269	94.958
TOTAL DO ATIVO		103.286	96.371

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL
PATRIMÔNIO SEPARADO DA 1ª EMISSÃO
Série 285ª– IF 2110826412
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	31/03/2023	31/03/2022
CIRCULANTE		11.913	116
Captação de recursos		11.907	109
Obrigações por emissão de CRI	5	11.907	109
Impostos e contribuições a recolher		6	7
NÃO CIRCULANTE		91.373	96.255
Capitação de recursos		89.933	94.927
Obrigações por emissão de CRI	5	89.933	94.927
Outras obrigações			
Participação residual do cedente	7	1.440	1.328
TOTAL DO PASSIVO		103.286	96.371

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PATRIMÔNIO SEPARADO DA 1ª EMISSÃO
Série 285ª– IF 2110826412
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2023	31/03/2022
RECEITAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS			
Juros e atualização de recebíveis		13.721	8.426
DESPEAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS			
Juros e atualização de CRI		(13.723)	(8.377)
RESULTADO BRUTO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		(2)	49
OUTRAS RECEITAS (DESPEAS) OPERACIONAIS			
Custos da operação	8	(81)	(562)
Prestadores de serviços	9	(259)	(85)
Outras despesas administrativas		(45)	(953)
Despesas Tributárias		(7)	
Resultado financeiro	10	148	83
Resultado de operações sujeitas ao regime fiduciário	11	246	1.468
		2	(49)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO DIRETO
PATRIMÔNIO SEPARADO DA 1ª EMISSÃO
Série 285ª– IF 2110826412
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de carteira	7.317	3.430
Pagamento de amortização e juros de CRI	(6.919)	(3.142)
Subscrição de CRIs	-	89.800
Pagamento de impostos	(21)	(86)
Pagamentos a fornecedores	(337)	(1.477)
Pagamento de cessão	-	(87.291)
Pagamentos de despesas diversas	(27)	(31)
Receitas financeiras	147	184
Despesas financeiras	(6)	(142)
Outras saídas	-	(65)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	154	1.180
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	154	1.180
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.180	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.334	1.180
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	154	1.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de março de 2023 e de 2022, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

Patrimônio Separado da 1ª Emissão
Série 285ª– IF 2110826412
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A HABITASEC SECURITIZADORA S.A (“Emissora”) foi constituída em 19 de dezembro de 2007, sendo seus atos de constituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, em 28 de dezembro de 2007.

No desempenho do seu objeto social e na condição de Emissora dos Certificados de Recebíveis e em cumprimento ao disposto no art. 28 da Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022 e da Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021, a Habitasec constituiu o Patrimônio Separado (“Patrimônio Separado”) aos quais se referem as demonstrações financeiras ora disponibilizadas, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2023.

Em complemento, registramos a seguir outras informações relacionadas ao Patrimônio Separado citado:

a) Datas de início e término da emissão

Início em 22/09/2021

Término em 25/06/2028.

b) Sumário das operações efetuadas

Emissão lastreada em direitos creditórios imobiliário do segmento residencial.

c) Crítérios previstos para a revolvência dos direitos creditórios

A operação não tem previsão de aquisição de novos direitos creditórios durante o curso.

d) Forma de utilização de derivativos e os riscos envolvidos

A emissão não conta com a contratação de instrumentos financeiros derivativos.

e) Garantias envolvidas na estrutura da securitização, tais como sobre colateralização, subordinação ou coobrigação e a forma como essas garantias foram utilizadas durante o exercício:

A Fiança, a Alienação Fiduciária dos Imóveis, Alienação Fiduciária de Quotas, a Cessão Fiduciária e o Fundo de Reserva.

2. Base de preparação

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de março de 2023 e de 2022, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

**Patrimônio Separado da 1ª Emissão
Série 285ª– IF 2110826412
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
(Em milhares de reais)**

As informações anuais individuais do Patrimônio Separado foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados (nota 3), de acordo com os requerimentos do art. 50 da Resolução CVM 60, de 23 de dezembro de 2021, com o Ofício CVM/SIN/SNC 02/2019 e com a Instrução CVM 489 no que se refere aos instrumentos financeiros referentes aos Certificados de Recebíveis.

A emissão das informações anuais individuais foi autorizada pela Diretoria da Emissora em 01 de junho de 2023.

Moeda funcional e moeda de apresentação: estas informações anuais individuais são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Emissora. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das informações anuais individuais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de maneira contínua.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

3. Principais práticas contábeis aplicáveis aos patrimônios separados

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão abaixo, aplicadas de modo consistente no exercício apresentado.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

b) Ativos financeiros não derivativos

Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para a qual eles foram adquiridos e do modelo de negócios do Patrimônio Separado, os quais são classificados nas seguintes categorias:

- (i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e
- (ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Emissora baixa um ativo financeiro relacionado ao Patrimônio Separado, se for o caso, quando tem seus direitos contratuais retirados, cancelados ou vencidos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de março de 2023 e de 2022, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

Patrimônio Separado da 1ª Emissão
Série 285ª– IF 2110826412
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
(Em milhares de reais)

Representados por aplicações financeiras e mensurados pelo valor justo por meio do resultado, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São representados por direitos creditórios, com pagamentos fixos ou calculáveis, que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os direitos creditórios são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c) Passivos financeiros não derivativos

São representados substancialmente por obrigações por emissão de CRI/CRA, reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Emissora identifica que o Patrimônio Separado se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

d) Outros ativos e passivos circulantes

Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização.

e) Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em relação ao Patrimônio em Separado, na data de 31 de março de 2023 não havia processos de qualquer natureza movidos contra a Emissora, cuja probabilidade de perdas fosse avaliada pela Administração e por seus consultores jurídicos como provável ou possível.

f) Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Ativos financeiros

O Patrimônio Separado reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de março de 2023 e de 2022, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

**Patrimônio Separado da 1ª Emissão
Série 285ª– IF 2110826412
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
(Em milhares de reais)**

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos e ao Patrimônio Separado de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Patrimônio Separado espera receber).

Ativos não financeiros

O valor contábil dos ativos não financeiros do Patrimônio Separado é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

g) Resultado

Receita de Títulos e Valores Mobiliários

É formada pelo montante de juros, deságios/ágios, atualização monetária e outras eventuais receitas acessórias (encargos moratórios, multas, entre outras) auferidas nas carteiras de recebíveis imobiliários.

Essas receitas são reconhecidas quando existe evidência convincente: (i) de que é provável que os benefícios econômico-financeiros poderão ser efetivamente auferidos, (ii) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos puderem ser mensurados de maneira confiável; e (iii) de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Despesa de Títulos e Valores Mobiliários

É formada pelo montante de juros, ágios/deságios e atualização monetária apuradas nos Certificados de Recebíveis Imobiliários emitidos, bem como demais despesas vinculadas diretamente à emissão desses certificados.

Essas despesas são reconhecidas quando existe evidência convincente: (i) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos puderem ser mensurados de maneira confiável; e (ii) de que o valor da despesa operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que ganhos adicionais serão oferecidos aos investidores e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, o ganho é reconhecido como uma elevação da despesa operacional conforme as demais despesas vinculadas às emissões sejam reconhecidas.

Resultado das operações sujeito ao regime fiduciário

É formado como consequência do processo de segregação das demonstrações financeiras dos patrimônios separados das demonstrações financeiras da securitizadora, dentre os quais se destacam a observância da legislação aplicável aos CRI e a legislação tributária, representando a destinação do resultado apurado no período, para composição dos

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de março de 2023 e de 2022, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

**Patrimônio Separado da 1ª Emissão
Série 285ª– IF 2110826412
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
(Em milhares de reais)**

valores a serem suportados pelo investidor caso essas insuficiências venham efetivamente a impactar as expectativas de retorno da emissão ou por valores a serem destinados no encerramento da operação conforme estabelece as determinações legais.

h) Imposto de renda e contribuição social

Em decorrência do disposto na legislação tributária vigente, a tributação dos eventuais resultados do Patrimônio Separado é realizada em base consolidada com os resultados registrados pela Emissora. Nesse sentido, não são evidenciados gastos relacionados à tributação a título de Imposto de Renda e de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

i) Informação por segmento

Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação nº 582, que aprovou o CPC 22 – Informações por Segmento - que é equivalente ao IFRS 8 – Segmentos Operacionais. O CPC 22 é mandatório para as demonstrações financeiras cujos exercícios se encerram a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.

A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que o Patrimônio Separado opera com um único segmento, o de securitização de recebíveis imobiliários e por isso considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária.

j) Crédito tributário

O imposto de renda retido na fonte nos resgates de aplicações financeiras do Patrimônio Separado é classificado como antecipação e compensado pela Emissora na apuração do seu imposto devido.

4. Informações sobre os direitos creditórios - recebíveis imobiliários

Representam valores de operações de aquisição de certificado de recebíveis, efetuadas de acordo com a Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022, que dispõe, entre outros, as regras gerais aplicáveis à securitização de direitos creditórios e à emissão de Certificados de Recebíveis. Essas operações têm condições de realização contratualmente estabelecidas e, dessa forma, caracterizam-se como empréstimos e recebíveis. Esse fato implica apresentação dos seus saldos a valor presente apurado pela taxa contratada.

Os recebíveis vinculados ao regime fiduciário constituem o lastro de CRI emitido nesse regime. Pela fidúcia, tais créditos ficam excluídos do patrimônio comum da Emissora, passando a constituir direitos patrimoniais separados, com o propósito específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores, exceto os com regime fiduciário com coobrigação.

a) Descrição dos direitos creditórios imobiliários:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de março de 2023 e de 2022, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

Patrimônio Separado da 1ª Emissão
Série 285ª– IF 2110826412
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
(Em milhares de reais)

Emissão lastreadas em Cédulas de Crédito Imobiliário, representativas de direitos creditórios imobiliários decorrentes das Cédulas de Créditos Bancárias, vinculados ao regime fiduciário para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, sendo a 285ª série da 1ª emissão da Companhia, sob registro IF 2110826412, emitidas por Realiza Construtora LTDA.

- b) Valores vencidos e a vencer, por faixa de vencimento, que considera o valor nominal dos direitos creditórios ajustado a valor presente, utilizando a taxa de retorno da cessão de crédito:

Direitos creditórios a vencer

Faixas	31/03/2023	31/03/2022
Até 30 dias	135	127
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 120 dias	1.426	-
De 121 a 150 dias	1.434	-
De 151 a 180 dias	1.442	-
Acima de 180 dias	97.450	94.958
Total	101.887	95.085

Essa operação não possui créditos vencidos ou inadimplentes nas datas de 31 de março de 2023 e 2022.

- c) Montante da provisão constituída e a sua movimentação durante o exercício

Na análise da Securitizadora, não há provisão a ser constituída para os ativos vinculados ao patrimônio separado.

- d) Garantias relacionadas diretamente com os direitos creditórios

A Fiança, a Alienação Fiduciária dos Imóveis, Alienação Fiduciária de Quotas, a Cessão Fiduciária e o Fundo de Reserva.

- e) Procedimentos de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos, incluindo a execução de garantias e custos envolvidos

Os procedimentos de cobrança adotados pela Securitizadora têm início após a verificação de eventual inadimplência dos créditos, e leva em consideração o intervalo de tempo entre a arrecadação e o fluxo de pagamento previsto dos CRI, buscando a melhor performance de liquidez do patrimônio separado.

- f) Eventos de pré-pagamento ocorridos durante o exercício e o impacto sobre o resultado e a rentabilidade dos investidores

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de março de 2023 e de 2022, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

Patrimônio Separado da 1ª Emissão
Série 285ª– IF 2110826412
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
(Em milhares de reais)

Não ocorreram eventos de pré-pagamento nessa série.

g) Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira, incluindo, a metodologia adotada pela Emissora para a definição dessa avaliação, os valores dos direitos creditórios adquiridos com ou sem retenção substancial de riscos e, para os direitos creditórios adquiridos sem retenção substancial de riscos, a segregação dos valores por entidade que reteve substancialmente os riscos e benefícios

A Securitizadora não assume a retenção de riscos e benefícios vinculados às emissões de certificados de titularidade dos investidores.

5. Informações sobre o passivo da emissão - recursos de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI

Referem-se a operações de captação de recursos no mercado financeiro, através de títulos de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI). Os CRI são títulos de crédito nominativos, de livre negociação, lastreado em créditos imobiliários e constituem promessa de pagamento em dinheiro.

Os CRI emitidos sob o regime fiduciário estão lastreados por créditos imobiliários vinculados a esse regime, os quais ficam excluídos do patrimônio comum da Emissora.

A totalidade dos títulos emitidos vinculados a este Patrimônio Separado apresenta as seguintes características:

a) Características da(s) série(s) da presente emissão

Série 285ª (série única)

Quantidade emitida: 89.800 (oitenta e nove mil e oitocentos)

Prazo de vencimento na emissão: 2.468 dias

Valor global da série na data da emissão: R\$ 89.800

Valor nominal unitário na data da emissão: R\$ 1

Taxa de juros efetiva: 7.10% a.a.

Indexador de atualização: IPCA

Periodicidade de Indexação: Mensal

Cronograma de amortização:

Ano	Amortização R\$
2023	11.907
2024	18.865
2025	20.205
2026	21.640
2027	23.176
2028	6.047
Total	101.840

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de março de 2023 e de 2022, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

**Patrimônio Separado da 1ª Emissão
Série 285ª– IF 2110826412
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
(Em milhares de reais)**

b) Principais direitos políticos a cada classe de certificados

Aos investidores cabe o direito de voto, onde cada certificado de recebíveis imobiliários (CRI) corresponde a um voto e poderá ser admitida a constituição de mandatários desde que observadas as disposições dos parágrafos 1º e 2º do artigo 126 da Lei 6.404/1976. As deliberações em Assembleia Geral são tomadas por titulares de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) representando, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em circulação. Exceto quanto as hipóteses de quórum qualificado do Termo de Securitização, com quórum específico para deliberação.

Em 23 de dezembro de 2021 foi publicada a RESOLUÇÃO CVM Nº 60, que dispõe sobre as companhias securitizadoras de direitos creditórios registradas na CVM e revoga as Instruções CVM nº. 414, de 30 de dezembro de 2004, 443, de 8 de dezembro de 2006, 600, de 1º de agosto de 2018, e 603, de 31 de outubro de 2018.

Dentre as principais disposições desta Resolução estão os seguintes tópicos, referentes à Assembleia especial de investidores:

- . Competência da assembleia: Deliberações que competem privativamente à assembleia especial de investidores;
- . Convocação e instalação da assembleia especial de investidores;
- . Deliberações da assembleia especial de investidores;

Para efeito de cálculo de quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação em Assembleia Geral (AG), serão excluídos os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) que eventualmente possua em tesouraria; os que sejam de titularidade de empresas ligadas à Emissora, assim entendidas empresas que sejam subsidiárias, coligadas, controladas, direta ou indiretamente, empresas sob controle comum ou qualquer de seus diretores, conselheiros, acionistas, ou pessoa que esteja em situação de conflito de interesses. Os votos em branco também deverão ser excluídos do cálculo do quórum de deliberação da Assembleia Geral (AG).

6. Sumário das principais deliberações de investidores reunidos em assembleia durante o exercício

Em 21 de junho de 2022 houve Assembleia Especial de Investidores, sendo aprovado:(i) não declaração do Vencimento Antecipado dos CRI em razão da falta de cumprimento da obrigação da Emitente de realização da amortização extraordinária para o reestabelecimento da Razão de Garantia Alienação Fiduciária, diante do descumprimento do Índice Mínimo de Cobertura durante o período de janeiro a junho de 2022, conforme previsto na cláusula 6 (ii) da CCB; (ii) aprovar todas as repactuações constantes do item “b” da Ordem do Dia: b) A repactuação de determinados termos e condições do CRI, a saber: b.1. a aprovação do Laudo de Avaliação do Imóvel Uberlândia, apresentado pela Devedora e elaborado por empresa diversa das Empresas de Avaliação inicialmente previstas nos Documentos da Operação. Ficando pactuado que a

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de março de 2023 e de 2022, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

**Patrimônio Separado da 1ª Emissão
Série 285ª– IF 2110826412
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
(Em milhares de reais)**

empresa MÉTODO ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 58.700.428/00011-27, irá atualizar o laudo do Imóvel Uberlândia, de maneira que passará a integrar no rol das Empresas de Avaliação previstas nos Documentos da Operação, devendo ser aditados todos os Documentos da Operação necessários para prever tal deliberação; b.2. a liberação da garantia de alienação fiduciária do Imóvel Uberlândia, constituída em favor da Securitizadora, no âmbito do CRI com o objetivo de concluir o processo de desmembramento do Imóvel Uberlândia em 04 (quatro) novas áreas (“Desmembramento do Imóvel Uberlândia”), quais sejam, (a) a Gleba A1-A, que contará com 99.547,06 m² (“Gleba A1-A”), descrita no Anexo II desta Ata; (b) a Gleba A1-B, que contará com 20.000.83m² (“Gleba A1-B”); (c) uma área pública institucional, que contará com 1.600,50 m² (“Área Institucional”); e (d) uma área verde pública, que contará com 1.801,61 m² (“Área Verde Pública”); b.3. a constituição, em favor da Securitizadora, da alienação fiduciária da Gleba A1-A, nos termos do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças, Sob Condição Suspensiva” (“Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel”), sendo certo que a Devedora deverá prenotar o referido instrumento a registro no 1º Serviço Registral de Imóveis de Uberlândia concomitantemente com a solicitação de Desmembramento do Imóvel Uberlândia, tendo até 90 (noventa) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta) dias, caso a Devedora demonstre o cumprimento diligente de eventuais exigências formuladas pelo cartório competente, para apresentar o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel devidamente registrado que será aberta para a descrição da Gleba A1-A, sob pena de poder ensejar o resgate antecipado do CRI; b.4. a alteração da Razão de Garantia Alienação Fiduciária, para que o saldo devedor dos CRI, corresponda a qualquer tempo à no máximo 80% (oitenta por cento), do somatório do valor de mercado dos Imóveis Alienados Fiduciariamente, apurados com base em cada Laudo de Avaliação, sendo certo que, caso o aumento do saldo devedor seja motivado pela atualização monetária do período, o saldo devedor dos CRI poderá corresponder a até 85% (oitenta e cinco por cento) do somatório do valor de mercado dos Imóveis Alienados Fiduciariamente, desde que o CRI esteja adimplente, com as demais razões de garantia atendidas e com o Fundo de Reserva enquadrado; b.5. a alteração do percentual de destinação dos recursos da CCB ao empreendimento Unique Tower, de propriedade da REALIZA EMPREENDIMENTO ANAPOLIS III SPE- LTDA, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.982.375/0001-41, com registro na matrícula nº 102.406 do Registro de Imóveis de Anápolis/GO, de 5,23% (cinco inteiros e vinte e três centésimos por cento) para 0% (zero por cento); b.6. em razão da deliberação do item e, acima, a inclusão do empreendimento Grand Prime Presidente Wilson, de propriedade da REALIZA EMPREENDIMENTO ANAPOLIS X SPE – LTDA., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.892.678-0001-76, conforme descrito e caracterizados nas matrículas nº 317.636; 317.365; 317.366; 317.367 e 326.596 todas do Registro de Imóveis de Anápolis/GO, como um dos empreendimentos alvo da destinação dos recursos da CCB no valor de 5,23% (cinco inteiros e vinte e três centésimos por cento); b.7. a constituição da cessão e promessa de cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Devedora decorrentes da comercialização de unidades integrantes dos empreendimentos imobiliários: (i) “Loteamento Residencial Veneza”, desenvolvido no imóvel objeto da matrícula 4409-A do Cartório do 12º Ofício de Campos dos Goytacazes/RJ; (ii) “Condomínio Residencial Grand Tropical Sabiá”, desenvolvido no imóvel objeto da matrícula 207.454 do 1º Ofício de Imóveis de Uberlândia – MG; (iii) “Grand Premiere” desenvolvido no imóvel objeto da matrícula nº 87.436 do Cartório de Registro Geral de Imóveis e Anexos de Rio Verde – GO; (iv) “Prime Sul”, desenvolvido no imóvel objeto da matrícula nº 97.773 do Cartório de Anápolis – GO; e (v) empreendimento desenvolvido no imóvel objeto da matrícula nº 39.729 do Cartório de Registro de Imóveis de Itaboraí – RJ, todos pela Devedora, a serem formalizados por meio de contratos imobiliários, entre a Devedora e os

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de março de 2023 e de 2022, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

**Patrimônio Separado da 1ª Emissão
Série 285ª– IF 2110826412
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
(Em milhares de reais)**

adquirentes das unidades (“Nova Cessão Fiduciária”), a ser constituída nos termos do “1º (primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e de Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” (“1º Aditamento Contrato Cessão Fiduciária”), e registrado no cartório de registro de documentos competente em até 30 (trinta) dias úteis contados da presente data; b.8. a constituição da alienação fiduciária da integralidade das quotas das sociedades (i) Realiza Empreendimento Anápolis I SPE – LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na Avenida Brasil Sul, nº 2480, Vila Santa Rita, CEP 75.123-390, inscrita no CNPJ/ME sob nº 35.699.136/0001-16 (“SPE I Anápolis”); (ii) Realiza Empreendimento Anápolis II SPE – LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na Avenida Brasil Sul, nº 2480, sala 05, Vila Santa Rita, CEP 75.123-390, inscrita no CNPJ/ME sob nº CNPJ/ME 35.786.221/0001-11 (“SPE II Anápolis”); (iii) Realiza Empreendimento Anápolis V SPE – LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, na Avenida Rio Verde, s/n, Quadra 46, Lote 003E, CEP 74933-570, inscrita no CNPJ/ME sob nº CNPJ/ME 39.324.699/0001-80 (“SPE V Anápolis”); (iv) Realiza Empreendimento Anápolis VI SPE – LTDA., sociedade limitada, com sede na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás, na Avenida Presidente Vargas, 185, Quadra G Lote 10, Sala 01, Jardim Marconal, CEP 75.901-551, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 39.483.762/0001-21 (“SPE VI Anápolis”); (v) Realiza Empreendimento Ribeirão Preto I SPE – LTDA., sociedade limitada, com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Costabile Romano, nº 2810, sala 07, CEP 14096-275, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 37.157.456/0001-70 (“SPE Ribeirão Preto”); e (vi) Realiza Empreendimento Anápolis X SPE-LTDA., sociedade limitada, com sede na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na Avenida Brasil Sul, nº 2480, CEP 75123-390, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.892.678/0001-76 (“SPE X Anápolis”, e quando em conjunto com a SPE I Anápolis, SPE II Anápolis, SPE V Anápolis, SPE VI Anápolis e SPE Ribeirão Preto, “Sociedades”), em favor da Securitizadora (“Alienação Fiduciária de Quotas”), nos termos do “1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e outras Avenças” (“1º Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas”), a ser registrado no cartório de registro de documentos competente em até 30 (trinta) dias úteis contados da presente data; e c) a autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, praticarem todo e qualquer ato, celebrar todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para efetivação e implementação das matérias constantes da ordem do dia acima, bem como publicarem esta ata no site do Agente Fiduciário e da Emissora e encaminharem para a CVM, conforme regulamentação aplicável.

7. Participação residual do cedente

Representado pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa e pela diferença entre o valor dos demais ativos e dos passivos atualizados do Patrimônio Separado.

Em 31 de março de 2023 a participação residual do cedente apresentava os seguintes saldos:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de março de 2023 e de 2022, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

Patrimônio Separado da 1ª Emissão
Série 285ª– IF 2110826412
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Caixa e equivalente de caixa	1.334	1.180
Demais ativos atualizados	101.952	95.191
Passivos atualizados	<u>(101.846)</u>	<u>(95.043)</u>
	1.440	1.328

8. Custos da operação

Para o cumprimento das obrigações relacionadas à emissão, o Patrimônio Separado conta com os serviços relacionados a seguir:

Serviços	Nome	Função	Forma de Remuneração	31/03/2023	31/03/2022
Emolumentos da B3	Brasil Bolsa Balcão	Registrador	Mensal	(9)	(25)
Gestão de operações	Habitasec Securitizadora S/A	Gestor	Mensal	(48)	(29)
Estruturação	Habitasec Securitizadora S/A	Estruturador	Mensal	-	(97)
Estruturação	RF Assets Assessoria EIRELI	Estruturador	Mensal	-	(278)
Distribuição	BR Partners Banco de Invest	Coordenador líder	Eventual	-	(17)
Emissão de CCB	QI Sociedade de Crédito Direto S/A	Emissor	Eventual	-	(84)
Agente Fiduciário	Vórtx Serv. Fiduciários Ltda	Fidúcia	Anual	(19)	(19)
Implantação	Vórtx Serv. Fiduciários Ltda	Custodiante	Eventual	-	(8)
Custódia	Vórtx Serv. Fiduciários Ltda	Custodiante	Anual	(5)	(5)
				(81)	(562)

9. Prestadores de Serviços

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Serviços de honorários advocatícios	-	(85)
Serviços de assessoria e consultoria	(259)	-
	(259)	(85)

10. Resultado financeiro

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Receita de aplicações financeiras	154	225
Floating	(3)	(140)
Despesas bancárias	(1)	(2)
Multa e juros	(2)	-
	148	83

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de março de 2023 e de 2022, levantadas para Patrimônio Separado constituído segundo a lei 14.430/22.

**Patrimônio Separado da 1ª Emissão
Série 285ª– IF 2110826412
(Gerido por Habitasec Securitizadora S.A)
(Em milhares de reais)**

11. Resultado de operações sujeitas a regime fiduciário

Conforme orientação do Ofício nº2/2019/CVM/SIN/SNC, item II, a operação de securitização deve ter resultado igual a zero. A presente conta demonstra o valor (a maior ou a menor), que deve ser considerado para que a orientação do mencionado ofício seja cumprida. Uma vez que essa operação apresenta regime fiduciário e coobrigação por parte do tomador, o valor positivo significa que a operação gerou excedente para seu tomador. Caso a operação apresente valor negativo, significa que a operação está em default, seja pecuniário ou de garantia.

12. Classificação de risco da emissão

Não foi contratada classificação de risco para esta emissão.

13. Relacionamento com os auditores independentes

A Emissora, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, dentre as quais estão consideradas as demonstrações financeiras desse Patrimônio Separado, junto à empresa Moore MSL Lima Lucchesi Auditores e Contadores Ltda, ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente.

14. Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes que possam afetar as demonstrações financeiras de 31 de março de 2023, quer vinculados a situações eventualmente existentes antes, ou que tenham surgido após a data de levantamento dessas demonstrações financeiras.

15. Outras informações

Não foram identificadas outras informações relevantes, além daquelas já divulgadas, ao completo entendimento dessas demonstrações financeiras.